

A Política da Beleza **Nacionalismo, corpo e sexualidade no projeto de padronização** **brasílica**

Maria Bernardete Ramos Flores¹

Renato Kehl, médico psicólogo; Hernani de Irajá, artista plástico e médico sexólogo; e muitos outros intelectuais, e políticos, educadores, religiosos, juristas, artistas, jornalistas, antropólogos, propagandearam a eugenia no Brasil, seus métodos e suas vantagens para dar uma nova direção ao *focus* que iluminava a interpretação da cultura brasileira. Se a fealdade, traçada nas tintas e na escrita do Brasil por viajantes e cientistas estrangeiros do século XIX, era representativa de nossa não-civilidade e de nossa identidade às avessas, a eugenia continha os meios para embelezar e aperfeiçoar nosso tipo étnico em formação. Hernani de Irajá,² entre as décadas de 1920 e 1940, produziu extensa obra, ilustrada com sua própria arte — desenho e fotografia de corpos nus -, para indicar os meios pelos quais a mulher brasileira poderia atingir os cânones da beleza clássica. Renato Kehl,³ seu contemporâneo, grande defensor da eugenia no Brasil, no livro *A cura da fealdade*, diz que seu desiderato era oferecer a médicos e educadores os meios para "melhorar o corpo humano, aformozeá-lo, corrigir defeitos, restaurar a saúde, alcançando assim esse bem supremo que é a beleza e afastando o mal que é a fealdade..." Afrânio Peixoto,⁴ médico jurista-criminal, grande educador brasileiro, em *Sexologia Forense*, relacionou a feição do corpo às taras, às degenerações, às bestialidades, à criminalidade, à hereditariedade dos raquitismos e das deformidades físicas, males que poderiam ser eliminados se colocadas em prática regras de higiene sexual.

O otimismo desta geração - 1920-1940 - vinha calcado numa certa inversão das teorias raciais. A visão negativa, que não se cansara de alardear os efeitos deletérios dos cruzamentos raciais, foi cedendo lugar a uma interpretação que via a mestiçagem como formadora de caráter positivo. O discurso do racismo científico, sob a influência da antropologia cultural boasiana, foi gestando nas artes e na escrita latino-

americana uma dissociação entre raça e cultura. Em geral, no pensamento ocidental, já não se falava mais em raças ou culturas *inferiores* para efeito de exclusão, se bem que isso continuasse implícito; pelo contrário, reconhece-se uma inevitável síntese de culturas baseada no contato e na cooperação entre as diversas civilizações.⁵ A Revolução Mexicana de 1910 com seus exércitos de camponeses índios e mestiços ocupando um primeiro plano visual nos jornais da época, e mais tarde nos murais de Diego Rivera e outros representantes da arte nacionalista mexicanos, fez parte deste processo que marcou a passagem do conceito de raça para uma visão culturalista da etnia.⁶

No Brasil, com a passagem da Monarquia à República, tentava-se inventar o *povo brasileiro*, e o mestiço seria o eixo simbólico da unidade nacional. Afinal, reconhecia-se, "Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo, a sombra, ou pelo menos a pinta, do indígena ou do negro."⁷ Isto não significa que o negro, o mulato, os creolos, curibocas, mamelucos e cafusos fossem alçados a tipos ideais da nacionalidade brasileira. A idéia de homogeneidade como base da Nação era fundamental e definia a miscigenação como pressuposto do branqueamento. A arianização do brasileiro parecia uma lei fatal. "Pelas estatísticas - dizia Oliveira Viana - o futuro brasileiro em seu tipo antropológico, tudo parece indicar, seja o ariano modelado pelos trópicos, isto é, o ariano vestido com aquilo que alguém chamou a *libré do clima*."⁸

O modelo de beleza que definia os estereótipos nacionais e os contra-nacionais na Alemanha, na Inglaterra ou nos Estados Unidos era o ideal almejado pelos defensores da formação da nossa nacionalidade. Na comparação com o outros, a nossa potencialidade residia na nossa juventude. Éramos um país em formação que, se por um lado, nossa incompletude gerava nossa incapacidade em definir a nação, por outro, desfrutávamos da possibilidade de intervir no processo, moldando o povo brasileiro na sua melhor forma. Logo, mesmo que entre o pensamento racial brasileiro, admitia-se a compatibilidade da mestiçagem com o projeto de civilização, modernização e nacionalidade, estes analistas compraziam-se com a crença na superioridade dos genes brancos, os quais fatalmente tenderiam a se tornar hegemônicos na composição étnica do Brasil. De forma muito otimista, previa-se que em apenas cinquenta anos, "à parte uma pequena fração retroatávica de tipos negróides", a nossa população seria "mais branca que a da Península

Ibérica".⁹ Afrânio Peixoto, menos otimista e de menos boa vontade com a parte africana de nossa composição, previa "300 anos para o completo branqueamento do Brasil".¹⁰

São amplos os estudos, cujos resultados apresentavam os "fatores empobrecedores do povo brasileiro". Fatores geográficos, sociais, climáticos e, especialmente, étnicos impediam a formação de um tipo único, mas sem dúvida havia um tipo em preparo, cuja tendência era a arianização. Hernani de Irajá declara que fez 81 observações para verificação plástica da mulher brasileira. E conclui: "O Brasil possui exemplares maravilhosos, máxime nos cruzamentos indo-europeus. As cidades fronteiriças de Sant'Ánna do Livramento, de Uruguaiana, de Bagé, no sul, a capital riograndense Porto Alegre, Florianópolis, Curitiba, Ribeirão Preto, Franca, Araraquara, Rio de Janeiro e muitos outros do Brasil Meridional, são ricos em belezas do tipo "elancé" de 7 ½ cabeças de altura."¹¹ Em *Morfologia da Mulher*, este autor afirma que, como os seus livros anteriores, "este será de grande utilidade não só aos estudiosos, aos médicos, ginecologistas, antropologistas, como também aos escultores e pintores que se interessam pelos problemas da raça e assuntos brasileiros". Percorrendo a história da arte, desde os egípcios, passando pela arte medieval e o Renascimento, indicava as aplicações plásticas para o estudo do caldeamento brasílico, na fusão racial e na apuração do tipo último, ao qual se possa dar o título de tipo brasileiro.¹²

Os mestiços passaram, então, a ser divididos em *maus ou bons*. "Os profundamente degenerados, melhor seria deixá-los reproduzir-se entre si e extinguir-se a mesquinha geração por esterilidade e mortalidade precoce...".¹³ Ou seja, os absolutamente enfermos, alcoólatras, loucos, epiléticos, não teria outra solução a não ser sua separação da parte boa da nação. Assim, as teorias raciais foram adotadas de forma seletiva e parcial: se ajudavam a explicar a seleção natural e o desaparecimento dos mais fracos eram, porém, descartadas quando se tratava de pensar a *perfectibilidade dos bons mestiços*. Roquete-Pinto encontrou várias evidências de ação europeizantes entre negros. Populações negras haviam empreendido, segundo ele, em regiões interioranas, ações que propagandeavam a língua portuguesa e a religião católica.¹⁴

O desejo de branqueamento, que percorria o ambiente intelectual da época, apontava para a compreensão de que a parte visível da etnia brasileira deveria ser construída e expressa na postura civilizada do corpo. Uma conduta moderada em relação à sexualidade, uma boa

aparência estética do corpo, hábitos de higiene, aspirações de acesso social, educação, trabalho, dariam o índice classificador de homens e mulheres para uma taxionomia étnica brasileira. A etnia seria gestada na formação "de um sentimento comum, unido da amálgama de nosso caráter."¹⁵ Ou seja, o branqueamento dar-se-ia por um processo educacional do corpo que o habilitasse para pertencer à parte boa da nação. Ser branco já não significava o pertencimento genuíno ao grupo sanguíneo de origem europeia. Para Roquete Pinto, por exemplo, a verdadeira questão nacional não era transformar os mestiços do Brasil em gente branca mas a educação dos que aí se achavam, assegurava, a partir de suas observações em famílias populares, que mesmo sem a intervenção de outro elemento branco, o cruzamento de mestiços fornece prole branca, que a antropologia seria incapaz de separar de tipos europeus. Para Oliveira Viana, "... em regra, o que chamamos mulato é o mulato inferior, incapaz de ascensão, degradado nas camadas mais baixas da nossa sociedade... Há porém mulatos superiores, arianos pelo caráter e pela inteligência, ou pelo menos capazes de arianização, ascendendo às altas camadas da nacionalidade e colaborando com os brancos na obra de organização e civilização do país".¹⁶

O ser plástico, na acepção que procuravam, era o dotado de saúde, força e beleza. O Primeiro Congresso de Brasilidade (1941), promovido pela Comissão de Unidade Étnica, propunha um esquema como projeto de *padronização brasílica*, ou unidade étnica, ancorada no tripé - saúde, trabalho, beleza. Uma *elevação biotipológica*, a criação de um homem que deveria ser "tanto um tipo ideal eugênico, quanto disciplinado, com qualidades superiores de agilidade, destreza e perspicácia".¹⁷ O belo era buscado na harmonia entre o ser plástico e a ordem do corpo; na simbiose entre o racional e uma estética compósita de beleza plástica e ética moralizante. Recuperava-se, assim, a idéia clássica de beleza em que a harmonia corporal refletiria a nobreza da alma. A harmonia do corpo seria expressa na proporcionalidade do seu conjunto fisionômico.

Para a mulher brasileira, a meta era alcançar as regras clássicas da antropometria presentes nas obras de arte grega. A beleza do rosto, a dimensão do pescoço, a desenvoltura do busto, das ancas, o torneado dos membros, a não-discrepância anatômica dos seios, das mãos, dos pés, a resistência das carnes, o modo de andar, de olhar, de falar... a beleza dos cabelos, o tamanho, a forma e a cor dos olhos, cílios e sobrancelhas, o colorido, forma e dimensão dos lábios e dentes, do nariz e das orelhas, a

forma das mãos, dos pés e das unhas eram considerados adornos naturais que deveriam ser cultivados. Além da esbelteza geral, da graça e elegância da boa proporcionalidade da fisionomia corporal, a cor, a maciez, a igualdade e a boa distribuição da pigmentação da pele, a ausência de nódulos avermelhados, o equilíbrio das secreções, o volume dos poros, eram índices, numa semiótica do corpo, para ditar o padrão que se almejava como estética da mulher brasileira.

Para os homens, eram comuns as teses que enfatizaram a política exercida sobre o corpo, a qual deveria formar um homem típico com as seguintes características: de talhe mais delgado que cheio, gracioso de musculatura, flexível, de olhos claros, pele sã, ágil, desperto, ereto, dócil, entusiasta, alegre, viril, imaginoso, senhor de si mesmo, sincero, honesto, puro de atos e pensamentos.¹⁸ O Professor Catedrático da Escola Nacional de Educação Física, Alfredo Colombo, numa conferência proferida na *III Semana da Saúde e da Raça*, no Rio de Janeiro (1944), afirmou que é "pelos exercícios físicos (que) conseguiremos resultados anatômicos, fisiológicos, psicológicos e sociais, constituindo eles o fundamento da educação intelectual e moral".¹⁹ O conferencista lembrava que o Exmo. Sr. Ministro da Guerra, em memorável discurso, alertara os meios civis e militares para a elevada percentagem de jovens julgados incapazes, para o serviço militar, quanto às exigências de ordem fisiológica. Propunha, então, que os rapazes fossem submetidos a um regime de trabalho físico, pré-militar, para adquirirem as seguintes habilidades: agilidade, força, velocidade, 'detante', resistência, flexibilidade, equilíbrio, espírito de luta, cooperação.²⁰

A eugenia era tida como a redentora da humanidade. Como ciência, seu papel era investigar a geração para detectar, na genealogia familiar, a presença de elementos degenerativos; como arte, ela aplicaria os meios para produzir a boa geração; enquanto ramo da medicina social, ela seria medida eficaz contra os males causadores *da degeneração da espécie e do abastardamento da raça*. Todas as *desgraciosidades* poderiam ser remediadas sob a tutela do eugenista, acompanhado pelos especialistas em correções plásticas e pelos professores de ginástica fisiológica. "Depende apenas da vontade dos homens criar a elite humana, eliminar as fealdades, as imperfeições, os aleijões" - afirmava Kehl. "O homem capaz de talhar no mármore a Vênus, é capaz também de moldar plasticamente toda a humanidade. (...) Cada um de nós poderá transformar-se em Polycleto, Myron, Phidias, poderá criar tipos com

vida, como Doryphoro, aquele belo efebo da estatuária, o mais antigo tipo da arte grega, considerado a representação mais acabada da beleza e da energia humanas."²¹

A influência sobre estes homens vinha da Europa que, desde o século XVIII, empreendera, juntamente com o Liberalismo e a formação das nações, uma redescoberta do modelo de beleza da antiguidade clássica. Os nacionalismos que se instauraram no Ocidente no período que vai da segunda metade do século XIX até os regimes fascistas e estado-novistas, de modo geral, embora não da mesma forma e nem com a mesma intensidade, desenvolveram o gosto pela apreciação estética da beleza humana. Na chamada "era das etnias", época de criação e afirmação das nações modernas, a nação confundiu-se com a raça e, esta, qualificada pela estética do corpo e do caráter do indivíduo, qualificava o *status* do progresso e do desenvolvimento nacional. Se o aperfeiçoamento das nações dependia do auto-aperfeiçoamento do indivíduo, um modelo de beleza passou a atrair o interesse das elites políticas e intelectuais, e das classes médias, em geral. A beleza clássica da forma do corpo era algo próximo do sublime como ética civilizacional e humana, associada ao caráter e grandeza da nação.

A crise do Liberalismo na primeira metade do século XX, e especialmente a instalação dos regimes totalitários, implicou na transferência da auto-perfectibilidade individual para a perfectibilidade da nação como sujeito coletivo. Neste quadro, no que se refere à vida cotidiana, ao modo de vida, à sexualidade, o indivíduo viu-se contido em sua potencialidade e expansão por estruturas rígidas, instituições disciplinares, governos raciais, para centrar a pessoa do indivíduo numa identidade corporal que se expressava no sexo, na cor, na classe, na idade, na saúde, na forma e movimento do corpo.

A doutrina das raças, como um movimento de idéias na Europa ocidental, estendeu-se de meados do século XVIII ao século XX,²² ancorada no princípio da existência das raças, quer dizer, de agrupamentos humanos cujos membros possuem características físicas comuns. É verdade que a fé numa hierarquia rígida de valores, no cimo da qual se situa a civilização europeia, era comum a muitos dos enciclopedistas já no século XVIII. No entanto, ficava-se numa classificação das culturas e não dos corpos.²³ Com Buffon, no século XVIII, a doutrina propriamente racialista recebeu o efeito de uma atitude *científica*. Buffon enumera três parâmetros que constituem a variedade da

espécie humana: a cor da pele, a forma e tamanho do corpo, e os costumes, estabelecendo a continuidade entre a performance física e o desempenho moral. Na sua *História Natural*, Buffon age como se a correlação entre estas qualidades fossem estabelecidas naturalmente. "Uma raça de homens cuja fisionomia é tão selvagem quanto seus costumes", escreve ele. Ou ainda: "Esses povos são muito negros, selvagens e brutais..."²⁴ Ora, no plano das qualidades físicas, o julgamento de preferência toma facilmente a forma de uma apreciação estética: minha raça é bela, as outras são mais ou menos feias. No plano do espírito, o julgamento refere-se a qualidades tanto intelectuais (uns são burros, outros inteligentes), quanto morais (uns são nobres, outros bestiais).

A palavra *feio* é a que mais aparece nas páginas da *História Natural*, no capítulo em que Buffon escreve sobre o homem. E tanto o feio como o belo se definem, ainda mais do que pela forma do rosto, por sua cor. "Menos feios e mais brancos...", "muito belas e muito brancas..." "as mulheres são brancas, belas...", "as mulheres são um pouco mais brancas, bem feitas e bem bonitas", de forma positiva. De forma negativa: "mais feias, mais amarelas", "negras e mal-formadas", "não são tão bem feitas e são mais negras". Ou adversativas : "bem feitas, embora negras", "homens bonitos e bem feitos, embora tenham a pele da cor azeitonada", "os homens em geral são aí morenos e bronzeados; mas são ao mesmo tempo, bem bonitos", "têm a cabeça bonita, mas a pele amarela e bronzeada".²⁵ Os julgamentos estéticos deviam, portanto, desempenhar um papel capital. Estética e ética, inseparáveis, se completavam.

Os fascismos, nos seus diversos matizes, com a política da imagem do corpo, adotaram como seus os tipos ideais que já existiam desde a criação destes estereótipos modernos. A noção de estética, que esteve no centro dos nacionalismos, dos regimes totalitários, não foi exclusividade do fascismo italiano e nem do nazismo alemão — questão bastante tratada pela historiografia, especialmente a estética nazista. Estes, enfatizaram o modelo que existia como criação da modernidade civilizadora, havendo pouca diferença no comportamento ou na postura, viril ou feminino, entre o homem novo de Mussoline, o ariano alemão, o perfeito cavalheiro inglês, ou o típico rapaz americano.²⁶ O desejo de um padrão fixo de beleza estava profundamente arraigado nas classes médias européias, sendo a definição do belo, como *o bom, o verdadeiro e o sagrado*, uma importante base para o culto fascista bem como para as

políticas liberais com seu *racismo de Estado*, como definiu Foucault, o controle sobre a vida da população dentro das fronteiras da nação para controlar o aperfeiçoamento da raça.

O nacionalismo fornece, assim, um dos mais constrangedores mitos de identidade do mundo moderno, por englobar o mais perverso de todos: a identidade étnica ou de raça. Ao fim e ao cabo, etnia é um eufemismo que tomou o lugar da noção de raça. Podemos partir da pressuposição de que o nacionalismo e a nação não são apenas entidades idealizadas ou formas de política, mas devemos antes considerá-los como um fenômeno cultural de intervenção sobre o corpo do indivíduo para forjar o corpo coletivo da nação. Ou seja, a nação, enquanto *criação imaginária*, para usar um termo cunhado por Benedict Anderson, e enquanto movimento cotidiano que impregna os corpos, intimamente relacionados com o fenômeno da identidade nacional, de forma a incluir sentimentos, simbolismos, uma linguagem específica, um tipo psicológico e até um tipo físico, é propriamente a formação do *habitus* nacional.²⁷

O sexo e o comportamento sexual passaram, então, para a centralidade das políticas de controle das raças, com papéis definidos para homens e para mulheres, com várias pressões sobre o uso e a identidade do sexo, sobre a procriação e sobre a higiene das famílias. A sexualidade, por um lado, como comportamento corporal depende de um controle disciplinário, individualizado, exercido em forma de vigilância permanente, como por exemplo, os controles sobre a masturbação pela família, a escola, a Igreja, etc.; por outro lado, mediante seus efeitos de procriação, a sexualidade se inscreve e adquire eficácia nos amplos processos biológicos para a constituição da população na perspectiva do poder bio-político. Ao governo disciplinar, que esquadrinha corpos para domesticá-los, somou-se o governo que controla a própria vida, já na sua concepção, regulando o próprio nascimento. É o controle e a previsibilidade sobre a raça através da política de natalidade com o controle sobre a procriação e conseqüentemente sobre os corpos em sua sexualidade.

Assunto recorrente nos trabalhos de Foucault, sabe-se que, numa espécie de estatização do biológico, o fenômeno de maior peso no direito político, no século XIX, foi a transformação do direito que tinha o soberano sobre a vida e a morte de seus súditos, cujo preceito se traduzia, segundo Foucault, em “*hacer morir o dejar vivir*”, em seu contrário: “*hacer vivir ou dejar morir*”.²⁸ Modificação que se deu no campo

político e no âmbito dos mecanismos, das técnicas e das tecnologias do poder sobre o corpo e, sobretudo, sobre a sexualidade. Se nos séculos XVII e XVIII, os processos de urbanização, industrialização e de configuração das multidões, engendraram as técnicas disciplinares, que separavam, esquadrihavam, asilavam e vigiavam os corpos individuais, de forma a garantirem o adestramento e o aumento da força útil de trabalho, a partir de fins do século XVIII acontece algo novo. Trata-se, agora, com a emergência dos problemas demográficos de massa, de apropriar-se do homem-espécie e tratá-lo em seus processos globais para cobrir os problemas específicos da vida, como o nascimento, a morte, a reprodução, a enfermidade. Ou seja, um poder que não abandona a dimensão do homem-corpo individual, mas que se dá em direção ao homem-espécie, o que Foucault vai denominar de bio-política da espécie humana ou racismo de estado. Numa espécie de estatização dos processos biológicos com o concurso do médico, os objetos de saber ou os objetivos da bio-política, no Ocidente, foram as políticas de crescimento demográfico e de melhorias das raças, através de esquemas de intervenção na natalidade e da instauração de uma medicina cuja função principal será a da higiene pública, com a medicalização da população. A tecnologia do bio-poder trata, assim, de gestionar a vida, os processos biológicos do homem-espécie, com o direito de intervir para fazer viver; intervir sobre a maneira de viver e sobre os modos como melhorar a vida, para controlar acidentes, seus riscos, suas deficiências, tendo a sexualidade por campo estratégico fundamental.²⁹

A sexualidade se inscreve, portanto, exatamente no entrecruzamento do corpo com a nação que se queria forjar. A nação confundida com a raça, e a beleza da raça, tendo no topo da escala, a branca ariana, era o que distinguia o grau da civilização, da moral, dos bons costumes e dos ideais estéticos de progresso e de história. É nesta dimensão, que os termos sexualidade, nacionalismo, racismo e estética encontram-se imbricados. Mosse em *Nacionalism and Sexuality* mostra como o nazismo, na Alemanha, empreendeu uma política da imagem humana, através do cultivo da beleza do corpo e da alma. O nudismo casto, como metáfora da natureza, ligou-se à descoberta do corpo como estereótipo nacional, baseado no modelo grego com seu ideal de harmonia e beleza. Longe de ser associado à pornografia, o nudismo performatizava os símbolos da nação. A pureza sexual era tida como vital para o futuro da raça. Assim, respeitabilidade e nacionalismo estavam ligados para formar

a defesa contra as paixões sexuais, o sexo *ilícito*, ou seja, a masturbação, o homossexualismo e o sexo feito por prazer, contrariando sua função natural: a procriação.³⁰

No Brasil, país miscigenado, sem *qualidade racial*, a questão enfrentava o problema da própria invenção da raça para compor a identidade nacional, e mais ainda, o problema do passado cultural, marcado por uma interação sexual que no curso de sua história teria produzido o paraíso da liberdade sexual, onde Paulo Prado localiza a fonte "daquela peculiar tristeza que pintou como característica da alma brasileira".³¹ O desejo sexual teria marcado de maneira única a formação do povo. Em *Retrato do Brasil*, Paulo Prado sumariza uma longa linha do pensamento brasileiro, do fim do século XIX e começo do XX, na qual reconhece a formação multirracial do Brasil e o medo de que a mistura das raças tenha marcado o caráter do povo brasileiro e sua condenação a uma degenerescência moral e física. Também em Gilberto Freire, a versão da *história genital*, com uma esfera extremamente erótica que propiciou a mestiçagem, toma um lugar de importância junto com as mais importantes interpretações da identidade brasileira.

Pensar a história brasileira é, pois, pensá-la representada ou interpretada pela sua sexualidade ou pela sua sensualidade.³² Esta idéia está enraizada nas mais remotas reflexões dos colonizadores europeus em suas vívidas interpretações de um novo mundo nos trópicos, e que acabaram por criar o mito de um povo singularmente sexual numa terra exótica. A Carta de Caminha é inusitada pela mistura de desejo, fascinação e curiosidade, ao descrever o índios, o quais "Andam nus, sem cobertura alguma. Não fazem o menor caso de encobrir ou de mostrar suas vergonhas." Vespúcio também pintou um quadro, abaixo dos trópicos, que se ajustava às crenças dos europeus contemporâneos com respeito a um paraíso terrestre na América.

Ao paraíso terrestre somam-se as visões detratadoras do homem selvagem, indígena, escravo negro, degredado, colono que trazia em si as mil faces do inferno, o pecado, a luxúria, o misticismo. O habitante do Brasil colonial assustava os europeus, incapazes de captar sua especificidade.³³ Natureza edênica, humanidade demonizada, lugar de purgatório para os degredados e os escravos, as formulações mentais com que os europeus vestiram o Brasil nos seus três primeiros séculos de existência, criaram representações com ênfase nas *aberrações da vida nativa*, uma humanidade esquisita, anti-humana, meio monstruosa,

diferente, pecadora, viciada na carne. O Brasil "Era uma simples máquina de gozo e trabalho no agreste gineceu colonial."³⁴

Por isso, a questão da interação sexual assumiu uma importância sem paralelo no pensamento brasileiro como chave da interpretação da cultura brasileira. Desde o começo do século XIX, com a instalação da família real no Brasil, a Independência, a urbanização, a ascensão de uma classe média, os intelectuais e os políticos, para configurar a identidade nacional, tiveram que lidar com o mal-estar da mistura das três raças como chave de nossa constituição histórica. Pelas teorias raciais vigentes no período, tratava-se de um país degenerado, cuja feição do povo não correspondia aos padrões estéticos representantes dos países civilizados. O retrato do Brasil, sacado por quem enxergou o *fantástico espetáculo das raças*,³⁵ era surpreendentemente assustador. "O vozerio e os divertimentos extravagantes do grande número de negros (reunidos nas festas) (causavam) uma feição estranha e excêntrica, da qual só pode fazer idéia quem observou as diversas raças na sua promiscuidade." (Spix e Martius)³⁶, e atraíam *inumeráveis aglomerados de povo*, formando *quadros de vida*, como num *espelho mágico*, em que o espectador "... vê passarem representantes de todas as épocas, de todos os continentes, de todos os gênios, toda a história da evolução humana, com os seus mais elevados ideais, as suas lutas, culminâncias e obstáculos".³⁷

Na interpretação de Lisboa, a metáfora do espelho mágico insere-se, nas inquietações que tinham Spix e Martius, como de resto, vários outros viajantes estrangeiros que por aqui estiveram no século XIX, a respeito da civilização do Brasil, país miscigenado, laboratório para se testarem as teorias racialistas, as quais explicavam, não só a inferioridade das raças de pele escura, como ainda a degeneração pelo cruzamento racial. Homens com cara de Europa civilizada, referiam-se ao *espelho*, uma vez que o Brasil, na condição de ex-colônia, deveria refletir a imagem projetada pela Europa. No entanto, a adjetivação *mágico* aludia a certa desordem ou mesmo deformação do que o *gênio da humanidade* fora capaz de criar.³⁸

Com semelhante equipagem cultural, Ferdinand Denis, que se tornou um divulgador do Brasil na França, analisou criticamente a comemoração da sexta-feira santa, na obra *Scènes de la nature sous les tropiques* (1824). Ao parisiense de 20 anos, esta era uma *bela amostragem de barbárie*, de ilusionismo barroco com que o pregador ilustrava o seu sermão, o que lhe despertava um grande mal estar.³⁹ E, se

na opinião dos viajantes europeus, no século passado, o Brasil era apontado como um caso único e singular de extremada miscigenação racial, um *festival de cores*, na visão de vários intelectuais nacionais, era como uma nação multiétnica que o país era recorrentemente representado, *uma sociedade de raças cruzadas*.

Não são poucos os exemplos que nos falam sobre esse *espetáculo brasileiro da miscigenação*, o que não seria problemático se não o inserissem naquelas deduções extraídas das teorias raciais vigentes. E o racialismo (como teoria da raça), tanto quanto o racismo (como postura política), postulando a solidariedade das características físicas e morais, e tendo os europeus como ponto fixo de comparação, estabelecia a distância que separava o Brasil do estágio de perfeição. Luis Agassiz, quando em 1865 retornava aos Estados Unidos levava anotações frescas deste território que se tornara o paraíso dos naturalistas. Descrevia o local "que qualquer um que duvide dos males da mistura de raças, e inclua por mal-entendido filantropia, a botar abaixo todas as barreiras que as separam, venha ao Brasil. Não poderá negar a deterioração decorrente da amálgama das raças, mais geral aqui do que em qualquer outro país do mundo, e que vai apagando rapidamente as melhores qualidades do branco, do negro e do índio, deixando um tipo indefinido, híbrido, deficiente em energia física e mental."⁴⁰ "Tratava-se de uma população totalmente mulata, viciada no sangue e no espírito e assustadoramente feia",⁴¹ queixava-se o conde Arthur de Gobineau, que permaneceu no Rio de Janeiro durante quinze meses como enviado francês. A tese apresentada *Sur les métis au Brésil*, no I Congresso Internacional das Raças, em 1911, era clara e direta: "O Brasil mestiço de hoje tem no branqueamento em um século sua perspectiva, saída e solução" (Lacerda, 1911).⁴²

Assim, para constituir a nacionalidade brasileira, tratava-se, pois, de curar um país enfermo, amputando a parte gangrenada para que restasse uma população de possível *perfectibilidade*. Entre as décadas de 1920/30/40, médicos eugenistas lançaram-se ao estudo da morfologia do corpo, do comportamento e da profilaxia do sexo. Prescrições e normas para o uso do corpo ensejaram amplo debate sobre a moral, os costumes e a sexualidade do brasileiro. A ação do Estado se fez sentir, concreta e visivelmente, através da política educacional que priorizava os exercícios físicos, tidos como meios para formar um homem estribado na idéia da unidade espírito-corpo, obtida pela cultura dos predicados físicos,

intelectuais e éticos.⁴³ Em *Os Arautos do Liberalismo*, Maria Helena Capelato mostra como os liberais paulistas resistiram a qualquer tipo de interferência estatal, mas não vacilaram em pedir ao Estado políticas de adestramento do corpo e do espírito do trabalhador nacional, com o objetivo de torná-lo apto para as relações contratuais. "Por de trás de nossos arranha céus, há massas que reclamam a presença de apóstolos que serão os educadores colocados nas granjas escolares, para a forja do homem novo, sadio, eficiente de amanhã".⁴⁴

Ora, entre uma concepção e as práticas políticas que daí emergem não há fronteiras ou quaisquer distinções. O culto da beleza, na perspectiva do discurso médico-intelectual, haveria de tornar-se importante na vida cotidiana. Assim, se até 1880 a discussão sobre higiene pública implicava uma grande atuação médica no dia-a-dia das populações contaminadas por moléstias infecto-contagiosas, a partir dos anos 1890 foi a vez da Medicina Legal, com a nova figura do perito, que ao lado da polícia explicava a criminalidade e determinava a loucura, ou, no caso da sexualidade, as taras, as psicoses, os defeitos que impediriam a geração de uma boa prole. Durante o Estado Novo, uma política cultural, que se alastrou pelas práticas educativas e pelas artes, expressava o ideal de beleza para formar o corpo do homem ideal, constituidor da nação, e da mulher ideal, geradora dos filhos da nação.

Este ideal de humanidade, tarefa do médico eugenista e dos educadores, circulou como ideal estético nos discursos literários, artísticos e científicos, na moda, na propaganda e na representação do corpo, dando sentido às políticas de controle, submissão e avaliação do corpo de *carne e osso* de homens e mulheres. Pelo *aperfeiçoamento da nacionalidade*, pela *padronização do tipo físico*, abriram-se concursos de eugenia, onde os candidatos, meninos e meninas, eram examinados em relação às enfermidades, aos aspectos mentais e físicos, não só do seu próprio corpo, mas principalmente de seus antepassados.⁴⁵ Renato Kehl, organizador destes concursos, acreditava que *definitivamente a fealdade tem cura*. Declarava que seu livro *A Cura da Fealdade* estabelecia as bases para o aperfeiçoamento somato-físico, pois havia sido escrito com fé na doutrina de Galton. "O progresso será lento mas incessante e de idade em idade, cada geração será superior à geração que a precede."⁴⁶

Para Kehl, a fealdade, extremamente generalizada no país, e que tanto poderia ser física, moral ou intelectual, não era fruto espontâneo da natureza. A fealdade correspondia a um desequilíbrio provocado pelas

doenças e pela degeneração da raça. Pela ação da primeira se fica feio; pela ação da segunda se nasce feio. Para ele, a aspiração à beleza era um sonho utópico que se poderia tornar realidade se "os nossos semelhantes se compenstrassem das obrigações perante a espécie".⁴⁷ Seria pelo jogo das leis da hereditariedade, segundo Kehl, que se poderia corrigir as imperfeições, embelezar a descendência, determinar o talhe, o vigor, a saúde e inteligência.⁴⁸

Bastava pôr em prática a profilaxia da fealdade... "Diante dos progressos das regras para a seleção de vegetais e animais, da possibilidade comparada do aperfeiçoamento destes, será admissível a dúvida quanto à possibilidade de alcançarem-se os mesmos aperfeiçoamentos nos domínios da biologia humana?"⁴⁹ Para Renato Kehl, a profilaxia da fealdade era praticável e de efeitos cientificamente seguros, como era a profilaxia das doenças, como eram os processos de seleção animal. As regras passavam pelo controle da prole com o controle da sexualidade.

Nesse caso, o concurso da perícia médico-legal seria o grande aliado. A Medicina Legal no Brasil, formada por um grupo de médicos e intelectuais, que tinha ampla atuação perante o Estado, numa correlação entre a prática médica e a antropologia promovera grandes programas *eugênicos de depuração*, nos anos 1920,⁵⁰ fundamentados na profilaxia do casamento. Disciplinar higienicamente a realização dos casamentos, promover a educação sexual, curar o alcoolismo, as doenças venéreas, as psicopatias, a loucura em todos os seus graus, as taras e as degenerações eram tarefas do médico. Estes lamentavam que as leis fossem feitas pelos advogados, sem a interferência médica, pois "o interesse do indivíduo, da família, da prole, da raça e do próprio futuro da nacionalidade cabia à medicina e, portanto, à classe médica, o dever de indicar o verdadeiro e legítimo caminho a seguir".⁵¹

Eram tratados como doença, todos os comportamentos sexuais que não se enquadrassem como ato sexual natural, cujo fim deveria ser a procriação ou o amor matrimonial. A semiótica do corpo ofereceria ao médico perito as bases para o diagnóstico clínico e a emissão de seu juízo. Qualquer anomalia era enquadrada no quesito taras, especialmente, destes "... masturbadores profissionais, (que) vulgarmente não se distinguem, senão após um perfeito exame médico", na avaliação do Dr. Hernani de Irajá. "Alguns traem-se logo: são geralmente, pálidos e tímidos, esquivos e medrosos. Seus olhos banham-se em grandes olheiras

e deixam transparecer através de seu brilho, um abatimento fundo (...) e o seu olhar torna-se de uma fixidez notória ... Fisicamente são moles e faltos de resistência; moralmente destituídos de coragem e energia, tornam-se extremamente egoístas...."⁵²

É enorme a lista dos *males* físicos e psicológicos, detalhadamente explicados, elencados por este médico, através das observações sobre seus pacientes onanistas. Cada traço do corpo é olhado, especificado, examinado, desenhado, fotografado, exposto e analisado em suas alterações sexuais. O homem que tem o *vício* da masturbação, apresentaria o pênis "em geral avermelhado e em forma de clava ou massa, principalmente originada pelo tamanho excessivo da glândula, que é congestionada, e pelo relaxamento do tecido",⁵³ etc., etc. A mulher que pratica o clitorismo apresentaria "deformações que afeiam os órgãos genitais externos, e o caráter da pessoa modifica-se, bem como sua inteligência e vivacidade. Os grandes lábios, assim como as ninfas tornam-se pendentes, descorados e pálidos, o clitóris desenvolve-se, às vezes, a ponto de simular um pequeno pênis. As mocinhas anemiam-se, o rosto tem um aspecto desbotado e lânguido. Grandes olheiras arroxeadas emolduram os olhos tristes dessas vítimas do amor sacrificado."⁵⁴

Todas estas perversidades do instinto sexual só teriam um triste fim: o enfraquecimento físico e moral, o depauperamento orgânico e a degradação social do indivíduo. Sexo dúbio, hermafroditismos, malformações e deformações sexuais, impotências e esterilidades, tamanho excessivo do pênis, doenças graves com perigo de contágio e transmissão hereditária à prole, eram considerados *erro essencial sobre a pessoa*, atendendo aos fins do casamento: hábito conjugal e procriação.⁵⁵ Afrânio Peixoto discorre longamente sobre casos de malformações sexuais, as quais confundem a definição *científica do sexo* e sob as quais "a cópula ou ajustamento carnal, decorrência necessária do casamento, seria impedida".⁵⁶

Para que homens e mulheres desempenhassem sua função política, regeneradora da raça, a função do sexo não deveria transgredir as tradicionais identidades falocêntricas. Assim, os homossexuais e as mulheres tiveram redobrados *cuidados*: o homossexualismo era tratado como doença; a maternidade era considerada destino natural e único da fisiologia feminina. Para Afrânio Peixoto, no livro *Eunice ou a Educação da Mulher*, não há o que discutir sobre a disparidade entre os sexos. As mulheres, com seu desenvolvimento obstado pela ovulação e

correspondente menstruação, por volta dos treze anos, estariam sempre "acampadas próximas da adolescência. São eternamente, crianças grandes." Já, o homem prossegue o seu desenvolvimento até os 20 anos e, por isso, tem a plena maturidade.⁵⁷ "O sonho de certas feministas, alheio à biologia, não se realizará jamais."⁵⁸

Com estas premissas, homens e mulheres foram alvo da doutrina que prescrevia força, ação, corpos saudáveis, higiênicos, moralizados, sexualmente *perfeitos*, mas em posições distintas, o que significa que não haveria o fim das identidades, pela harmonia dos gêneros, ou um processo de androgeneização, poderíamos pensar, já que o corpo feminino, como o do homem, também era investido por exercícios físicos, e já que o masculino também era vasculhado pelo olhar médico à espreita de sinais de patologias sexuais, como os das mulheres. As práticas formadoras e seus fins segundo os gêneros não só divergiam, como ainda eram constituídos por oposição. Para Plínio Salgado, *jamais* deveria haver *igualdade na formação dos dois sexos*.⁵⁹ A mulher não deveria *ser nem boneca e nem soldado, nem mulher homem e nem mulher brinquedo*.⁶⁰

Apesar de os programas de Educação Física nos currículos escolares serem um só para ambos os sexos, eram explicitamente separados: determinavam que se ensinasse ginástica rítmica apenas às meninas, atividade tida como apropriada para mulher. A interpretação por meio de gestos e atitudes, da emoção provocada pela música, também deveria ser exclusiva das meninas, enquanto as evoluções militares seriam executadas apenas pelos meninos. Os jogos eram outro sinal de separação por sexo. Para os meninos, jogos de força, de persistência e combatividade; para as meninas, aqueles que lhes davam graça, que eram delicados, que educavam o gesto e o andar.⁶¹

Em todas as sociedades, o uso que seus membros fazem do corpo para a reprodução é, de alguma forma, normalizado e isso não é novidade. O que interessa é a maneira como a tematização do sexo é utilizada e incorporada no conjunto de sistemas de produção social. Os problemas da vida, da criação, nunca são redutíveis às funções fisiológicas da reprodução ou à alguma dimensão particular do corpo. Eles sempre envolvem também elementos que ultrapassam o indivíduo no campo social, político e cultural. A sexualidade, assim, tem sido focada, como um meio de diferenciar homens de mulheres e organizá-los numa hierarquia de gênero, e também como algo central para a

significação da existência individual, da definição do eu, da identidade masculina ou feminina.

"O corpo humano é sempre tratado como uma imagem da sociedade e...não existe maneira natural de considerar o corpo que não envolva, ao mesmo tempo, uma dimensão social. Conversa séria sobre sexualidade é inevitavelmente sobre sociedade".⁶²

Notas

¹ Professora Depto. História/UFSC, Bolsista da CAPES-Brasília/Brasil

² *O Esforço para a Beleza; Sexualidade e Amor; Psicopatologia da Sexualidade; Sexualidade Perfeita; Tratamento para os Males Sexuais; Morfologia da Mulher; A sexualidade na Arte; Sexo e Beleza; e Psicose do Amor.*

³ Renaro Kehl foi o fundador e diretor do *Boletim de Eugenia*, em 1929. Um dos organizadores dos Congressos de Eugenia no Brasil. Entre os livros de sua autoria, citamos alguns, os quais têm relação direta com a questão da eugenia, escritos entre os anos de 1920 e 1940: *Pais, Médicos e Mestres; Como escolher um bom marido; Como escolher uma boa esposa; Catecismo para adultos; Por que sou eugenista; Aparas Eugênicas: Sexo e Civilização; A cura da fealdade; Melhoremos e prolonguemos a vida.*

⁴ Afrânio Peixoto, escritor, médico, educador, historiador, romancista, escreveu 141 obras: tratados de medicina legal e de higiene, poesias, novelas e romances sertanejos e urbanos, livros de e sobre educação, biografias, estudos literários, monografias sobre folclore, pensamentos e reflexões, história, teatro, perfis, impressões de viagens, terras e países. Na área de medicina legal, escreveu várias obras. Em 1910, *Elementos de medicina legal*; em 1916, *Psicopatologia forense*, em 1927, *Medicina legal dos acidentes de trabalho e das doenças profissionais*; em 1932, *Novos rumos da medicina legal*, em 1934, *Criminologia e sexologia forense.*

⁵ Cf. MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil. 1996. p. 110.

⁶ Idem. P. 110.

⁷ FREIRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 34 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998. (1 ed. 1933). p. 283.

⁸ Apud. IRAJÁ, Hernani de. *Morfologia da Mulher*. A Plástica Feminina no Brasil. Estudos Brasileiros. 4. ed.. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937. p.73

⁹ Cf. LUCA, Tania R. De. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: UNESP, 1999. p. 171.

¹⁰ Apud. VILHEMA, Cynthia Pereira de Souza. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v.19,n.1,p.79-96,jan./jun.1993. p. 82.

¹¹ Idem. p.118.

¹²IRAJÁ, Hernani de. *Morfologia da Mulher*. Op. Cit. p. 9/10.

¹³Gazeta Médica da Bahia, 1925: 161. Apud: SCHUARTZ, Liliam. *O Espetáculo das Raças*. Op.Cit. p.216.

¹⁴Cf. FREIRE, Gilberto. Op. Cit. p. 289.

¹⁵Cf. II CONGRESSO DE BRASILIDADE. 10 a 19 de novembro de 1942. Florianópolis.

¹⁶ Apud. LUCA, Op. Cit. p. 171/176.

¹⁷ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas,SP: Papyrus, 1986. p. 75.

¹⁸LENHARO, Alcir. Op.Cit. p.79.

¹⁹Aspecto político da Educação Física. *III Semana da Saúde e da Raça*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 106.

²⁰Idem. P.109/110.

²¹ IRAJÁ, Hernani de. *A Morfologia da Mulher*. Op. Cit. p. 202.

²²Cf Todorov, Tzvetan. *Nós e os Outros*. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.(Trad. Sérgio Goes de Paula) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,Vol. I. p.107.

²³ Idem. p.107.

²⁴ Idem. p.110.

²⁵ Idem. p.121.

²⁶ Cf. MOSSE, George. L. *A Estética do Fascismo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999. p.8.

²⁷ Por *habitus*, Norbert Elias quis significar basicamente uma *segunda natureza*, não tomada de forma essencialista; de fato, em parte, ele quis superar os problemas da antiga noção de *caráter nacional*, este sim, como algo fixo e estático, ou pelo menos, como a soma natural do caráter individual adquirido pelo auto-aperfeiçoamento. Elias afirma que os destinos de uma nação ao longo dos séculos vêm ficar sedimentados no *habitus* incorporado pelos seus membros individuais, intimamente vinculado ao processo particular de formação do Estado, submetido às instituições nacionais. ELIAS., Norbert. *Os Alemães*. A luta pelo poder e a revolução do *habitus* nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

Já afirmava Hegel que " somos biologicamente abertos ao mundo". Apud. BOURDIEU, Pierre. *Meditações Pascalinas*. Oeiras, Portugal: Celta, 1998. p. 118. Bourdieu toma isso em suas últimas conseqüências. É porque o corpo é exposto, posto em jogo no mundo, confrontado com o risco da emoção, da ferida, do sofrimento, por vezes da morte, e portanto obrigado a levar a sério o mundo (e nada é mais sério que a emoção, que chega ao fundo dos dispositivos orgânicos), que se encontra em condições de adquirir disposições que são elas próprias abertura ao mundo, quer dizer, às próprias estruturas do mundo social cuja forma incorporadas elas são. Aprendemos pelo corpo. A ordem social inscreve-se nos corpos através desta confrontação permanente, mais ou menos dramática, mas que dá sempre grande lugar à afetividade e, mais precisamente, às transações afetivas com o meio ambiente social. Idem, p.124

²⁸FOUCAULT, Michel. *Genealogia del Racismo*. De la guerra de las razas ao racismo de Estado. Madrid: Las ediciones de la Piqueta, 1992. p. 249.

²⁹Idem. pp.250/256.

³⁰MOSSE, George L. *Nacionalismo and Sexuality*. Midle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe. New York: M. Ferting, 1985.

³¹PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil*. Ensaio sobre a tristeza brasileira. 8 ed. São Paulo: Cia. da Letras, 1997. (1 ed. 1928).

³²Um estudo deste pensamento brasileiro é feito com muita propriedade por: PARKER, Richard G. *Corpos, Prazeres e Paixões*. A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Best Seller, s.d..

³³Cf. SOUZA, Laura de Mello. *Deus e o Diabo na Terra de Santa Cruz*. Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial. São Paulo: Cia da Letras, 1986. p. 85.

³⁴PRADO, Paulo. Op. Cit. p. 39

³⁵ Cf. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças*. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1030. São Paulo: Cia das Letras, 1993. p189

³⁶ Apud. LISBOA, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius*. natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820). São Paulo: Hucitec, 1997. p. 136

³⁷ Spix e Martius. Apud. LISBOA. Op. Cit. p. 137

³⁸ LISBOA. Op. Cit. p. 138.

³⁹ LIMA, Luís Costa. *O Controle do Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 132.

⁴⁰ SCHWARCZ. Op. Cit. p. 13.

⁴¹ RAEDERS, Georges. *O Inimigo cordial do Brasil: O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988. p. 96.

⁴²Apud. SCHWARCZ. Op. Cit. P. 11.

⁴³Cf.Educação Física no Brasil. *III Semana da Saúde e da Raça*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944. p. 103.

⁴⁴CAPELATO, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo*. Imprensa Paulista 1920-1945. São Paulo: Brasiliense, 1996.p. 93.

⁴⁵*Boletim de Eugenia*.5. Rio de Janeiro, maio de 1929. p. 3.

⁴⁶ KEHL, Renato. *A Cura da Fealdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932. p. 9

⁴⁷ Idem. p. 202.

⁴⁸ Idem. p. 203.

⁴⁹ Idem. p. 208.

⁵⁰Cf.MARTINEZ-ECHAZÁBAL, Lourdes. O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual. In: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil. 1996. pp. 107/124. p 109.

⁵¹Cf.VILHEMA, Cynthia Pereira de Souza. Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v.19,n.1,p.79-96,jan./jun.1993. p.80/82.

⁵²IRAJÁ, Hernani de . *Psicoses do Amor*. Estudo sobre as alterações do instinto sexual. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, s.d. p.45.

⁵³Idem. p.48.

⁵⁴Idem. p.51.

⁵⁵PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia Forense*. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, s.d. pp 46/51.

⁵⁶Idem. p. 51.

⁵⁷PEIXOTO, Afrânio. *Eunice ou A Educação da Mulher*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson, Inc. Editores, 1947. p.181/182

⁵⁸Idem. p.183

⁵⁹SALGADO, Plínio. *A Mulher no Século XX*. São Paulo: Guanumby, 1949. (1.ed., 1946). p.135.

⁶⁰Idem. p.107.

⁶¹Cf.SOUSA, Eustáquia Salvadora de. *Meninos à Marcha! Meninas à Sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-1994)*. Campinas/SP: UNICAMP, Faculdade de Educação, 1994. Tese de Doutorado. p.75/81.

⁶²DOUGLAS, Mary. Apud. COSTA, Jurandir. COSTA. O referente da identidade homossexual. In : PARKER, Richard e BARBOSA, Regina M.(Orgs.) *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996. p.73.

Bibliografia

Bourdieu, Pierre. *Meditações Pascalinas*. Oeiras, Portugal: Celta, 1998.

Capelato, Maria Helena. *Os Arautos do Liberalismo. Imprensa Paulista 1920-1945*. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Elias., Norbert. *Os Alemães. A luta pelo poder e a revolução do habitus nos séculos XIX e XX.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1997.

Foucault, Michel. *Genealogia del Racismo. De la guerra de las razas ao racismo de Estado*. Madrid: Las ediciones de la Piqueta, 1992.

_____. *História da Sexualidade*. (3 volumes) Rio de Janeiro: Graal, 1988

Freyre, Gilberto.: *Casa Grande e Senzala*. 34 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 1998. (1 ed. 1933).

Irajá, Hernani de. *Psicoses do Amor. Estudo sobre as alterações do instinto sexual*. Rio de Janeiro: Livraria Jacintho, s.d.

_____. *Morfologia da Mulher. A Plástica Feminina no Brasil*. Estudos Brasileiros. 4 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1937.

Kehl, Renato. *Eugenia e Medicina Social*. 2 ed. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1923.

- _____. *A Cura da Fealdade*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1932.
- Lenharo, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.
- Lima, Luís Costa. *O Controle do Imaginário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- Lisboa, Karen Macknow. *A Nova Atlântida de Spix e Martius. natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- Luca, Tania R. De. *A Revista do Brasil: um diagnóstico para a (N) ação*. São Paulo: UNESP, 1999.
- Martinez-Echazábal, Lourdes. "O culturalismo dos anos 30 no Brasil e na América Latina: deslocamento retórico ou mudança conceitual." in: *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Centro Cultural Banco do Brasil. 1996. pp. 107/124.
- Mosse, George. L. *A Estética do Fascismo*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1999.
- _____. *Nacionalism and Sexuality. Midle-Class Morality and Sexual Norms in Modern Europe*. New York: M. Ferting, 1985.
- Parker, Richard G. *Corpos, Prazeres e Paixões. A Cultura Sexual no Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Best Seller, s.d.
- Parker, Richard e Barbosa, Regina M. (Orgs). *Sexualidades Brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1996.
- Peixoto, Afrânio. *Sexologia Forense*. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, s.d.
- _____. *Eunice ou A Educação da Mulher*. Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre: W. M. Jackson, Inc. Editores, 1947.
- Prado, Paulo. *Retrato do Brasil. Ensaio sobre a tristeza brasileira*. 8 ed. São Paulo: Cia. da Letras, 1997. (1 ed. 1928).
- Raeders, George. *O Inimigo cordial do Brasil: O Conde de Gobineau no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- Salgado, Plínio. *A Mulher no Século XX*. São Paulo: Guanumby, 1949.
- Schwarcz, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças. Cientistas, Instituições e Questão Racial no Brasil - 1870-1030*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- Sousa, Eustáquia Salvadora de. *Meninos à Marcha! Meninas à Sombra! A história do ensino da Educação Física em Belo Horizonte (1897-*

- 1994). Campinas/SP: UNICAMP, Faculdade de Educação, 1994.
Tese de Doutorado.
- Souza, Laura de Mello. *Deus e o Diabo na Terra de Santa Cruz. Feitiçaria e Religiosidade Popular no Brasil Colonial*. São Paulo: Cia da Letras, 1986.
- Todorov, Tzvetan. *Nós e os Outros. A reflexão francesa sobre a diversidade humana.* (Trad. Sérgio Goes de Paula) Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, Vol. I.
- Vianna, Oliveira. *Populações Meridionais do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1952.
- _____ *Raça e Assimilação*. 4 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- Vilhema, Cynthia Pereira de Souza. "Práticas eugênicas, medicina social e família no Brasil republicano". *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v.19,n.1,p.79-96,jan./jun.1993.